CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

CM



O diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, com o diretor-geral da redação do Distrito Federal do Correio da Manhã, Sérgio Nery

Portos privados e as perspectivas para os próximos quatro anos

O diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, recebeu o diretor-geral da redação do Distrito Federal do Correio da Manhã, Sérgio Nery, durante o 13º encontro anual da entidade, nesta terça-feira (27), em Brasília. Com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o evento discutiu os cenários político e econômico após as eleições e as perspectivas para o setor nos próximos quatro anos. A ATP representa empresas que operam Terminais de Uso Privado (TUPs), responsáveis por cerca de 64,6% da movimentação portuária de cargas no Brasil.

Governo projeta R$ 23 bi em leilões portuários

O Governo Federal prevê 34 novos leilões portuários, com investimentos que podem chegar a R$ 23 bilhões nos próximos anos. A carteira de projetos foi apresentada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, nesta terça-feira (27), durante a abertura do XIII Encontro da Associação de Terminais Portuários Privados, em Brasília. Com o tema "Brasil dos próximos 4 anos", o evento reuniu representantes do setor para debater os desafios econômicos, a infraestrutura e a competitividade logística nacional.

EDUARDO OLIVEIRA



Equipe do Ministério de Portos e Aeroportos no encontro do setor

Combate ao assédio eleitoral continua

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Vieira de Mello Filho, afirmou que a Justiça do Trabalho continuará combatendo o assédio eleitoral mesmo após o encerramento das eleições e responsabilizar quem desrespeitar os direitos dos trabalhadores. O magistrado destacou a atuação conjunta com o Ministério Público do Trabalho as medidas de prevenção adotadas antes das eleições e a continuidade da investigação das denúncias. A declaração foi feita durante a 13ª sessão ordinária do Tribunal Pleno.

Apuração das denúncias segue em vigor

O ministro ressaltou ainda que a liberdade de escolha política e a dignidade dos trabalhadores devem ser respeitadas antes, durante e depois das eleições. Isso significa que o direito ao voto livre não se limita ao dia da votação, mas também inclui a proteção contra ameaças, pressões e punições relacionadas às convicções políticas de cada pessoa. O trabalho de combate ao assédio eleitoral começou antes das eleições.

Preparação ao Enem

Mais de 1,1 milhão de estudantes já estão cadastrados no MEC Enem, plataforma gratuita do Ministério da Educação voltada à preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio. Ela oferece questões de provas oficiais, simulados, trilhas de aprendizagem, materiais de apoio, correção automatizada de redações e aulas de reforço personalizadas.

Dados da plataforma

Segundo levantamento, com dados acumulados desde o início da operação até outubro, são 1.112.187 estudantes nas 27 unidades da Federação, 31,5 milhões de questões respondidas, 1,6 milhão de redações enviadas para correção e 1,3 milhão de simulados realizados. Ao todo, já foram registradas 8,4 milhões de atividades de estudo e 1,5 milhão de aulas de reforço.

Subvenção ao óleo diesel

O Governo Federal renovou a subvenção ao óleo diesel rodoviário, no valor de R$ 2,12 por litro do combustível. A medida terá a validade de um mês, período a partir do qual poderá ser renovada, sempre levando em consideração o mercado internacional de combustíveis. O impacto fiscal é o mesmo da subvenção em vigor, mantida a neutralidade fiscal.

5G cresce no país

A tecnologia 5G ganhou cerca de 16,4 milhões de acessos nos últimos 12 meses, chegando a 69,8 milhões de brasileiros. O número representa 24,9% de toda a base de acessos móveis do país, segundo dados do Ministério das Comunicações. Atualmente, o 5G está disponível em 1.610 municípios brasileiros, alcançando cerca de 77% da população.

Ajuda a setores econômicos

Para impulsionar a expansão da tecnologia, estão previstos R$ 6,4 bilhões em investimentos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento. Entre os setores beneficiados estão a indústria, a agricultura, a saúde, a educação e os transportes, que podem aproveitar os recursos para modernizar processos, ampliar a produtividade e desenvolver novas soluções.

Ações da Defesa Civil

O Governo Federal autorizou o repasse de R$ 13,6 milhões para ações de resposta e recuperação em 25 cidades afetadas por desastres. A maior parte vai para o Amazonas, para atender 18 municípios, incluindo Manaus, Coari, Lábrea e Presidente Figueiredo. Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Minas Gerais também receberão recursos.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



22 ações sobre as eleições presidenciais tramitação no TSE

A eleição irá seguir nos próximos meses no Judiciário

Ações questionam tanto o governo quanto a oposição

Por **Gabriela Gallo**

Mesmo com a maioria dos partidos reconhecendo a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a Presidência da República do Brasil no ano que vem, inclusive por chefes de Estado internacionais, segue a disputa judicial no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra a campanha de Lula e contra a campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), principal adversário de Lula.

Como foi adiantado pelo Correio da Manhã, Flávio Bolsonaro desistiu de questionar o resultado das urnas eletrônicas e de solicitar a anulação do resultado. Contudo, antes de fugir para os Estados Unidos (EUA) nesta terça-feira (27), o senador tinha declarado que entraria com recurso na Justiça Eleitoral solicitando a cassação da chapa Lula-Alckmin por suposto abuso de poder político e econômico durante o período eleitoral. Mas o senador do PL não é o único a entrar com esse pedido.

São ao menos 22 Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aijes) envolvendo ambos os candidatos que disputaram o segundo turno do Palácio do Planalto, sendo 15 ações contra Lula e sete contra Flávio. Além de suspeitas de abuso de poder político e econômico, os processos também pedem investigação por uso indevido dos meios de comunicação. Caso o plenário do TSE acate algum dos processos, os candidatos podem ser condenados a até oito anos de inelegibilidade.

Dentre as ações contra Lula estão ações contra o canal de WhatsApp "Exército do Lula", criado e administrado pelo deputado federal André Janones (Rede-MG), que mobilizou aliados do presidente nas redes sociais. A equipe de Flávio acusa o canal de usar indevidamente o meio de comunicação para inflar artificialmente o engajamento de conteúdos eleitorais para Lula, manipular tendências de busca na internet e desviar restrições judiciais.

Nas acusações contra Lula também há ao menos duas ações que citam o desfile da escola de samba "Acadêmicos de Niterói". Já no caso da Flávio, a coligação "Brasil Pronto Pra Mais" (que inclui os partidos PT, PV, PCdoB, PSOL, Rede, PDT e PSB) entrou com uma ação contra o financiamento de R$ 69 milhões ao filme "Dark Horse", filme biográfico do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), enviados pelo dono do Banco Master Daniel Vorcaro.